

São Pedro Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
São Pedro Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Pedro Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Pedro Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8 (a)	7.468	1	Fornecedores		252	30
Aplicações financeiras	8 (b)	123	4.520	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		247	232
Contas a receber de clientes	9	15.464	9.925	Impostos, contribuições e taxas a recolher	14	1.091	376
Impostos a recuperar		-	504	Provisão para férias e 13º salário		195	223
Despesas antecipadas		491	357	Receita diferida	17	-	218
Outros ativos circulantes		434	1	Provisões para compromissos futuros	15	325	301
Total dos ativos circulantes		23.980	15.308	Dividendos a pagar	13	3.061	2.206
				Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	5.370	3.082
				Total dos passivos circulantes		10.541	6.668
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos	22	10	24	Provisões para riscos	16	22	14
Depósitos judiciais	10	65	67	Provisões para compromissos futuros	15	898	949
Imobilizado	11	96.203	98.008	Total dos passivos não circulantes		919	963
Intangível	12	497	727				
Total dos ativos não circulantes		96.774	98.826				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	63.380	63.380
				Reservas de lucros		45.915	43.123
				Total do patrimônio líquido		109.294	106.503
TOTAL DOS ATIVOS		120.754	114.134	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		120.754	114.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e quantidade de ações)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	19	69.115	57.031
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	11 e 12	(3.285)	(3.372)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	(2.288)	(2.068)
Custos com pessoal	20	(1.351)	(1.225)
Custos com manutenção		(740)	(1.076)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(848)	(743)
Custos com seguros		(851)	(646)
Custos com operação		(138)	(186)
Taxas setoriais		(102)	(99)
Custos com meio ambiente		(9)	(11)
Outros custos		(22)	(11)
	20	(9.634)	(9.437)
LUCRO BRUTO		59.481	47.594
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(1.760)	(1.588)
Despesas administrativas e gerais		(139)	(106)
Outras despesas operacionais		(48)	(89)
Alienação de ativos	1.4	-	(2.151)
	20	(1.947)	(3.934)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		57.535	43.660
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	21	(116)	(81)
Receitas financeiras	21	647	53
		531	(28)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		58.066	43.632
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	22	(2.385)	(1.828)
Diferido	22	(20)	11
		(2.405)	(1.817)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		55.660	41.815
Lucro básico e diluído por ação - R\$		1,51	1,13
Quantidade média ponderada de ações		36.963.973	36.963.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	55.660	41.815
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>55.660</u>	<u>41.815</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva Especial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		63.380	11.458	29.224	-	104.062
						-
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2021 (R\$ 0,79 por ação)		-	-	(29.224)	-	(29.224)
Lucro líquido do período		-	-	-	41.815	41.815
Destinações:						
Reserva legal	18 (c)	-	1.217	-	(1.217)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,06 por ação)	18 (c)	-	-	-	(2.206)	(2.206)
Dividendos intermediários - Antecipação dos Dividendos 2021 (R\$ 0,21 por ação)	18 (c)	-	-	-	(7.944)	(7.944)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,82 por ação)		-	-	30.448	(30.448)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		63.380	12.675	30.448	-	106.503
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2021 (R\$ 0,79 por ação)		-	-	(30.448)	-	(30.448)
Lucro líquido do período		-	-	-	55.660	55.660
Destinações:		-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$ 0,38 por ação)	18 (c)	-	-	-	(13.915)	(13.915)
Dividendos adicionais distribuídos (R\$ 0,23 por ação)	18 (c)	-	-	-	(8.506)	(8.506)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,90 por ação)	18 (c)	-	-	33.239	(33.239)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		63.380	12.675	33.239	-	109.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAO PEDRO ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		58.066	43.632
Ajustes para conciliar o resultado às			
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	20	-	2.151
Atualização financeira sobre depósitos judiciais		2	-
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(579)	(39)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	15	28	53
Depreciação e amortização	11 e 12	3.285	3.373
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	2.288	2.068
Constituição do ajuste MRE		(687)	142
Apropriação de receita diferida	1.1	42	215
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		(30)	(13)
Provisão para riscos	16	8	-
 Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(5.539)	(4.201)
Impostos a recuperar		504	(123)
Despesas antecipadas		(134)	(70)
Outros ativos		(8)	2
Fornecedores		(222)	(277)
Depósitos judiciais		-	(21)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		15	78
Impostos e contribuições a recolher		(431)	(1.187)
Provisão de férias e 13º salário		(26)	29
Pagamento compromissos futuros	15	(266)	(210)
Outros passivos		-	1
Caixa gerado nas operações		56.315	45.603
 Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(770)	(513)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		55.545	45.090
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		4.976	(3.192)
Aquisição de imobilizado e intangível	11, 12 e 25	(1.040)	(716)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		3.936	(3.908)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	18 (c)	(52.014)	(41.182)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(52.014)	(41.182)
 AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.467	-
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8 (a)	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8 (a)	7.468	1
 AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.467	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO PEDRO ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Pedro Energia S.A. (“Companhia” ou “São Pedro”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A São Pedro poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio das Resoluções n.º 604/2003 e 296/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo, com capacidade instalada de 30 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 22 km de extensão.

A energia gerada está integralmente contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2009.

Em 16 de junho de 2009, por meio do Despacho ANEEL nº 2.195, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, ambas com potência instalada de 15 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 MW e garantia física de 18,41 MW médios. O término de sua autorização se dará em 16 de junho de 2039, conforme Resolução ANEEL 11.023/2022.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)

A Companhia fez opção por participar do MRE, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Para o ano de 2022, a Eletrobras emitiu comunicado informando os ajustes referentes ao MRE no montante de R\$42 (R\$ 215 em 2021). Os valores foram ajustados aos faturamentos da Companhia em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2022.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico (RRH)

A Companhia aderiu à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobras informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico (PRH) no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou sobre as notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que ela se pronuncie.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor das notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui uma provisão de R\$ 5.370 (R\$ 3.082 em 2021) constituída no passivo circulante na rubrica “prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)” em contrapartida ao resultado na rubrica “prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)”. O respectivo efeito no resultado para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022 montou em R\$ 2.288 (R\$ 2.068 em 2021). Adicionalmente, a Companhia possui contas a receber conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

c) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

d) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de

23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas autorizações, limitada a 7 anos.

A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga foi realizada pelas resoluções autorizativas da ANEEL publicada no Diário Oficial da União nos dias 31/01/2022 e 23/02/2022.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015 onde se enquadra a Companhia. A extensão foi homologada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021, sendo que no momento, encontra-se em discussão pedido reconsideração ao processo de cálculo e homologação das extensões realizado pela ANEEL / CCEE.

Portanto, no caso da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizadas para depreciação dos ativos, tendo em vista que estes possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2039, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

e) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 12, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

f) Valor recuperável de ativos

Anualmente a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 15).

h) Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

j) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

k) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre a Companhia e a Eletrobras, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, despesas bancárias e outras despesas.

m) Imposto de renda e contribuição social

O regime fiscal adotado pela Companhia foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social da Companhia foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

n) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

o) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

p) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

q) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual	As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado —Recursos Antes do Uso Pretendido	As alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 – Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas. <u>IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u> - A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a). <u>IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros</u>: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. <u>IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos</u>: A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. <u>IAS 41/CPC 29 – Agricultura</u> - A alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo da IAS 41 às exigências da IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) -Demonstrações Consolidadas e IAS 28/CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8/CPC 23	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Eletrobras via contrato de compra de energia, firmado no âmbito do PROINFA pelo prazo de 20 anos, não havendo histórico de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% e 105,66% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 8. A Companhia administra e mensura esses riscos por meio do planejamento de fluxo de caixa realizado.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 24.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção da sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Para prevenir impactos de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de risco operacional, conforme nota explicativa nº 23.

- Risco de liquidez

A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Tabela do risco de liquidez

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros não derivativos da Companhia apresentam prazo de amortização de 1 a 3 meses e os valores esperados de liquidação se aproximam aos valores contábeis.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	De 1 a 3 meses	Total
Fornecedores	252	252
Total	252	252

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa por meio do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado por meio de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a da Companhia, está sujeita aos efeitos das variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País, enquanto participantes do MRE.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

Neste contexto, e conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, a Companhia realizou a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma mitigou sobremaneira suas eventuais exposições contratuais.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização (*)	Capacidade de produção instalada (MW)
São Pedro	604	19/11/2003	30 anos	30

(*) O término de sua autorização se dará em 16 de junho de 2039, conforme Resolução ANEEL 11.023/2022.

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Data - base	Compradora	Valores				Prazos			
		Valor original do contrato (em milhões de reais)	Energia anual contratada MWh	Preço histórico R\$ MWh	Preço atualizado R\$ MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
31/12/22	Eletrobras	R\$ 387.888	159.822	121,35	463,23	Jun.-09	Jun.-29	IGP-M	Junho
31/12/21	Eletrobras	R\$ 387.888	159.822	121,35	418,37	Jun.-09	Jun.-29	IGP-M	Junho

(*) Base junho/2022 e 2021.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme resolução normativa 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, e conforme descrito na nota explicativa nº 3 (d) serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e 1.2 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE para a Eletrobras.
- (v) Provisão para riscos: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Bancos	1	1
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários	<u>7.467</u>	<u>-</u>
	<u>7.468</u>	<u>1</u>

As Aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

b) Aplicações financeiras

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	<u>123</u>	<u>4.520</u>
	<u>123</u>	<u>4.520</u>

- (i) Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam de 79% a 105,66% (em 2021, 87,49% a 103,69%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$ 15.464 em 31 de dezembro de 2022 (R\$9.925 em de 2021). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pela Eletrobras no ambiente PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a Eletrobras os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobras passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA no âmbito do MRE, permanecendo em 31 de dezembro de 2022, na rubrica contas a receber o valor R\$ 5.175 (R\$2.905 em 2021), até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobras (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à Eletrobras como administradora do programa.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/22	31/12/21
Desapropriações e servidões (a)	65	65
Trabalhistas (b)	-	2
	<u>65</u>	<u>67</u>

- (a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindica a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão. Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para a Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado.
- (b) A Companhia é responsável e corresponsável de processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

11. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/22	31/12/21
Terrenos	-	736	-	736	736
Turbina hidráulica	2,50%	13.840	(4.572)	9.268	9.615
Conduto forçado	3,13%	4.024	(1.112)	2.912	2.318
Gerador	3,33%	5.959	(2.593)	3.366	3.564
Comporta	3,33%	1.167	(456)	711	750
Subestação unitária	3,57%	2.184	(1.049)	1.135	1.212
Estrutura de tensão	3,57%	478	(168)	310	327
Casa de força produção hidráulica	2,00%	44.777	(11.912)	32.865	33.754
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	55.633	(14.897)	40.736	41.628
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	7.069	(2.923)	4.146	4.086
Imobilizado em curso	-	18	-	18	18
		<u>135.885</u>	<u>(39.682)</u>	<u>96.203</u>	<u>98.008</u>

b) Movimentação do imobilizado

2022

	<u>31/12/21</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/22</u>
<u>Custo</u>			
Terrenos	736	-	736
Turbina hidráulica	13.840	-	13.840
Conduto forçado	3.315	709	4.024
Gerador	5.959	-	5.959
Comporta	1.167	-	1.167
Subestação unitária	2.184	-	2.184
Estrutura de tensão	478	-	478
Casa de força produção hidráulica	44.771	6	44.777
Reservatório, barragem, adutora	55.421	212	55.633
Outras máquinas e equipamentos	6.745	324	7.069
Imobilizado em curso	18	-	18
	<u>134.634</u>	<u>1.251</u>	<u>135.885</u>
 <u>(-) Depreciação</u>			
Turbina hidráulica	(4.225)	(347)	(4.572)
Conduto forçado	(997)	(115)	(1.112)
Gerador	(2.395)	(198)	(2.593)
Comporta	(417)	(39)	(456)
Subestação unitária	(972)	(77)	(1.049)
Estrutura de tensão	(151)	(17)	(168)
Casa de força produção hidráulica	(11.017)	(895)	(11.912)
Reservatório, barragem, adutora	(13.793)	(1.104)	(14.897)
Outras máquinas e equipamentos	(2.659)	(264)	(2.923)
	<u>(36.626)</u>	<u>(3.056)</u>	<u>(39.682)</u>
 Imobilizado líquido	<u>98.008</u>	<u>(1.805)</u>	<u>96.203</u>

2021

	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/21</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	736	-	-	-	736
Turbina hidráulica	13.840	-	-	-	13.840
Conduto forçado	2.887	428	-	-	3.315
Gerador	5.959	-	-	-	5.959
Comporta	1.167	-	-	-	1.167
Subestação unitária	2.170	14	-	-	2.184
Estrutura de tensão	3.248	-	(2.770)	-	478
Casa de força produção hidráulica	44.787	24	(40)	-	44.771
Reservatório, barragem, adutora	55.514	-	(93)	-	55.421
Outras máquinas e equipamentos	7.090	188	(631)	98	6.745
Imobilizado em curso	98	18	-	(98)	18
	<u>137.496</u>	<u>672</u>	<u>(3.534)</u>	<u>-</u>	<u>134.634</u>

	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/21</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(3.880)	(345)	-	-	(4.225)
Conduto forçado	(906)	(91)	-	-	(997)
Gerador	(2.196)	(199)	-	-	(2.395)
Comporta	(378)	(39)	-	-	(417)
Subestação unitária	(894)	(78)	-	-	(972)
Estrutura de tensão	(1.233)	(66)	1.148	-	(151)
Casa de força produção hidráulica	(10.131)	(896)	10	-	(11.017)
Reservatório, barragem, adutora	(12.694)	(1.099)	-	-	(13.793)
Outras máquinas e equipamentos	(2.663)	(257)	261	-	(2.659)
	<u>(34.975)</u>	<u>(3.070)</u>	<u>1.419</u>	<u>-</u>	<u>(36.626)</u>
 Imobilizado líquido	 <u>102.521</u>	 <u>(2.398)</u>	 <u>(2.115)</u>	 <u>-</u>	 <u>98.008</u>

c) Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

12. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	<u>Taxa de Amortização</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Servidões	-	273	273
Software	20%	162	162
Medidas compensatórias	20%	1.626	1.627
Indenização de terras	-	42	42
Legalização de terras	-	65	65
Amortização acumulada		<u>(1.671)</u>	<u>(1.442)</u>
		<u>497</u>	<u>727</u>

b) Movimentação do intangível

2022

	<u>31/12/21</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/22</u>
<u>Custo</u>				
Servidões	273	-	-	273
Software	162	-	-	162
Medidas compensatórias	1.627	-	(1)	1.626
Indenização de terras	42	-	-	42
Legalização de terras	65	-	-	65
	<u>2.169</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>2.168</u>

	<u>31/12/21</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/22</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software	(99)	(19)	-	(118)
Medidas compensatórias	(1.343)	(210)	-	(1.553)
	<u>(1.442)</u>	<u>(229)</u>	<u>-</u>	<u>(1.671)</u>
Intangível líquido	<u>727</u>	<u>(229)</u>	<u>(1)</u>	<u>497</u>

2021

	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/21</u>
<u>Custo</u>				
Servidões	402	-	(129)	273
Software	120	42	-	162
Medidas compensatórias	2.931	-	(1.304)	1.627
Indenização de terras	42	-	-	42
Legalização de terras	65	-	-	65
	<u>3.560</u>	<u>42</u>	<u>(1.433)</u>	<u>2.169</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software	(85)	(14)	-	(99)
Medidas compensatórias	(1.055)	(288)	-	(1.343)
	<u>(1.140)</u>	<u>(302)</u>	<u>-</u>	<u>(1.442)</u>
Intangível líquido	<u>2.420</u>	<u>(260)</u>	<u>(1.433)</u>	<u>727</u>

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
<u>Passivo circulante - Fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A. (i)	241	-
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR – PCH Participações S.A.	3.061	2.206

(i) Refere-se ao rateio do prêmio de seguro de risco operacional e civil.

As condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2021 a remuneração da Administração foi de R\$129 (R\$71 em 2021). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/22	31/12/21
Imposto de renda e contribuição social a recolher	416	149
TUSD	83	63
Outros tributos a recolher (a)	490	90
Tributos Diferidos	102	74
Total	1.091	376

- (a) Outros tributos a recolher – Impostos diferidos por conta da dinâmica de ajuste do contrato PROINFA, que leva à contabilização de receita diferida.

15. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	31/12/21	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização financeira	31/12/22
Compromissos socioambientais (a)	552	212	-	(169)	14	609
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	591	-	(1)	(97)	14	507
Provisão p/ legalização de terras (c)	65	-	-	-	-	65
Provisão p/ indenizações de terras (d)	42	-	-	-	-	42
Total	1.250	212	(1)	(266)	28	1.223

Passivo circulante	301	325
Passivo não circulante	949	898

	31/12/2020	Reversão	Pagamentos	Atualização financeira	31/12/2021
Compromissos socioambientais (a)	703	(93)	(72)	14	552
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	1.994	(1.304)	(138)	39	591
Provisão p/ legalização de terras (c)	65	-	-	-	65
Provisão p/ indenizações de terras (d)	42	-	-	-	42
Total	2.804	(1.397)	(210)	53	1.250

Passivo circulante	358	301
Passivo não circulante	2.446	949

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA), que prevê o reflorestamento de áreas. Para o cumprimento das exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda realizar a aquisição de terras a serem reflorestadas.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - A licença de operação da Companhia foi obtida junto ao IBAMA/MG em 6 de agosto de 2014, com prazo de 04 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção da área de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras - A Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - Para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

16. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis era de R\$22 (R\$14 em 2021). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/21</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/22</u>
Cíveis	14	8	22
	<u>14</u>	<u>8</u>	<u>22</u>
	<u>31/12/20</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/21</u>
Cíveis	14	-	14
	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>14</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Ambientais (a)	63	63
	<u>63</u>	<u>63</u>

- (a) São ações ambientais, cujo réus são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pelo não atendimento a determinada condicionante da Licença de Operação.

17. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Exposição ao MRE (a)	-	218
Total	<u>-</u>	<u>218</u>

b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/21</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Reversão(i)</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/22</u>
Exposição ao MRE (a)	218	5	(266)	43	-
	<u>218</u>	<u>5</u>	<u>(266)</u>	<u>43</u>	<u>-</u>

	<u>31/12/20</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>31/12/21</u>
Exposição ao MRE (a)	-	218	218
	<u>-</u>	<u>218</u>	<u>218</u>

(a) Exposição ao MRE – 2021/2022 - vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

(i) Em fevereiro 2022, conforme a instrução de faturamento recebido da Eletrobras, houve a reversão do montante de R\$265, em função da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovando a retirada da UHE Risoleta Neves do MRE em atendimento ao pedido da Aneel.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 63.380 e está representado por 36.963.973 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição de reserva legal pelo fato do referido limite ter sido atingido em 2021.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Lucro líquido do exercício	55.660	41.815
(-) Reserva Legal (*)	-	(1.217)
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>55.660</u>	<u>40.598</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	(13.915)	(10.150)
Dividendos adicionais distribuídos	(8.506)	-
Dividendos adicionais propostos	<u>(33.239)</u>	<u>(30.448)</u>

(*) A Companhia constituiu, em 2021, a reserva legal no limite de 20% do capital social, conforme letra (b) acima.

Em 14 de fevereiro de 2022 foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade de R\$ 30.448 dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 16 de agosto de 2022 foi aprovada a proposição de dividendos intermediários do ano de 2022 a totalidade de R\$16.811.

Dividendos a pagar

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.015
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	39.373
Dividendos pagos	<u>(41.182)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.206
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	52.869
Dividendos pagos	<u>(52.014)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>3.061</u>

19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	71.090	59.549
Ajustes (*):		
Ajuste à Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	454	(409)
Recontabilização + consumo interno	<u>190</u>	<u>52</u>
	644	(357)
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(2.595)	(2.174)
PIS e COFINS Diferido	<u>(24)</u>	<u>13</u>
	(2.619)	(2.161)
Receita líquida de vendas	<u>69.115</u>	<u>57.031</u>

(*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Depreciação e amortização	(3.285)	(3.372)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(2.288)	(2.068)
Pessoal e administradores	(3.111)	(2.813)
Manutenção	(740)	(1.076)
Serviços de terceiros	(40)	(72)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	(848)	(743)
Seguros	(851)	(646)
Operação	(138)	(186)
Meio ambiente	(9)	(11)

	31/12/22	31/12/21
Tributos	(8)	(18)
Taxas setoriais	(102)	(99)
Receita com indenização recebida	-	(2.151)
Outras despesas, líquidas	(161)	(117)
	<u>(11.581)</u>	<u>(13.372)</u>
 Custo das vendas de energia	 (9.634)	 (9.438)
Outras despesas, líquidas	(1.947)	(3.934)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/22	31/12/21
Despesas financeiras:		
Atualização financeira dos compromissos futuros	(28)	(53)
Outras despesas	(88)	(28)
	<u>(116)</u>	<u>(81)</u>
 Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	644	53
Atualização depósito judicial	2	-
Outras receitas	1	-
	<u>647</u>	<u>53</u>
	<u>531</u>	<u>(28)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/22		31/12/21	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita Corrente	71.090	71.090	59.549	59.549
Receita Diferida	644	644	(357)	(357)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	644	644	52	52
Outras receitas financeiras	3	3	-	-
Base de cálculo	<u>(6.386)</u>	<u>(9.255)</u>	<u>(4.787)</u>	<u>(7.155)</u>
 Alíquota nominal	 25%	 9%	 25%	 9%
Imposto sobre o resultado	<u>(1.596)</u>	<u>(833)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(644)</u>
Diferença de alíquota (*)	24	-	20	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.572)</u>	<u>(833)</u>	<u>(1.173)</u>	<u>(644)</u>

	31/12/22		31/12/21	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Correntes	(1.559)	(826)	(1.180)	(648)
Diferidos	(13)	(7)	7	4

(*) Até o limite de R\$ 240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

Tributo fiscal diferido

O tributo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	31/12/22	31/12/21
PIS e COFINS diferidos	5	13
IRPJ e CSLL diferidos	5	11
	<u>10</u>	<u>24</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

23. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2022, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$ 7.508 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2023, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora relativas a reparação por danos morais, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2022, com vigência até 27 de junho de 2023, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$263.641, lucros cessantes no montante de R\$78.120 e Barragens - R\$90.724.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

Nota	Ativos financeiros	31/12/22	31/12/21
	Mensurados ao custo amortizado:		
8	Caixa e equivalentes de caixa	7.468	1
8	Aplicações financeiras	123	4.520
9	Contas a receber	15.464	9.925
10	Depósitos judiciais	65	67
	Outros ativos	8	-

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	252	30

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas efetivas de juros CDI (13,75%), no horizonte de 12 meses (fonte Boletim Focus datado de 30 de dezembro 2022), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Operação	Exposição 31/12/22	Risco	Impacto	Cenário I (provável)	Cenário II (possível)	Cenário III (remoto)
Caixa e equivalentes de caixa	7.467	Baixa do CDI	Resultado	1.027	770	513
Aplicação financeira	123	Baixa do CDI	Resultado	17	13	8

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	212	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(1)	(1.397)
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de fornecedores	(4)	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social compensados	1.163	1.265
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de fornecedores	3	4

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 8 de fevereiro de 2023.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Braulio Rios Sá
CRC MG - 117577/O-2
Contador